



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

### SENTENÇA

Processo Digital nº: **1005189-97.2017.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - DIREITO PREVIDENCIÁRIO**  
 Requerente: **Francisco de Matos**  
 Requerido: **Instituto Nacional do Seguro Social - Inss**

Justiça Gratuita

Juiz de Direito: Dr. **Marcelo Luiz Seixas Cabral**

Vistos.

**FRANCISCO DE MATOS** propôs ação de restabelecimento de benefício previdenciário em face do **INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL – INSS**. Alegou, em síntese, que sofreu acidente de trabalho em 20/08/2002. Diante disso, recebeu auxílio-doença por determinado período, cessando em 30/05/2006. Após, diante de sentença transitada em julgado, houve o restabelecimento do benefício. Entretanto, houve nova cessação em 16/02/2017. Requereu a concessão da tutela de urgência para restabelecer o pagamento e que a ação seja julgada procedente, restabelecendo definitivamente o auxílio recebido ou para que se reconheça a invalidez permanente da parte. Por derradeiro, pleiteou os benefícios da gratuidade processual.

Acostados à inicial vieram os documentos de fls. 12/40 e, posteriormente, à fl. 42.

Procedimento isento de custas judiciais. Diferimento da apreciação da tutela pleiteada para o final do processo (fls. 43/44).

Citado (fl. 57), o requerido apresentou contestação (fls. 49/54). Preliminarmente, impugnou a concessão da tutela pleiteada e alegou a prescrição das parcelas vencidas antes do quinquênio que precede o ajuizamento da ação. No mérito, aduziu que o requerente não preenche os requisitos legais para o recebimento do benefício pleiteado, visto que a invalidez poderá ser constatada após a realização de perícia médica. Requereu a improcedência da ação.

Réplica às fls. 61/63.

Laudo pericial juntado às fls. 87/91.

Manifestação sobre o laudo às fls. 99 e 102/106, pela autarquia e requerente, respectivamente.

**É o relatório.**  
**Fundamento e decido.**


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**2ª VARA CÍVEL**
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Não havendo necessidade de produção probatória, pertinente o julgamento antecipado da lide, na forma do art. 355, inciso I, do NCPC. Friso que a prova necessária é estritamente documental, sendo que o feito conta com o conjunto probatório suficiente para o desfecho da lide. Nesse sentido:

"Presente as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do juiz, e não mera faculdade, assim proceder." (STJ, Resp. 2.832-RJ, relator Ministro Sálvio de Figueiredo, julgado em 04/12/91)."

Trata-se de ação visando o restabelecimento de benefício previdenciário diante de alegada invalidez decorrente de acidente de trabalho.

Preliminarmente, não há que se falar em prescrição das parcelas vencidas anteriormente ao quinquênio que precede o ajuizamento da ação, isso porque tais parcelas não são aqui discutidas, já que o autor refere ter havido a cessação em 16/02/2017, sendo o que basta.

Dito isto, passo ao mérito.

Tendo em vista a natureza da ação, e visando à melhor solução da questão por este juízo, foi designada perícia médica.

Embora não se encontre o julgador submetido aos pareceres apresentados para a formulação de seu convencimento, eles proporcionam elementos técnicos preciosos para se chegar à justa solução da lide.

O laudo pericial (fls. 87/91) é conclusivo demonstrando que (fl. 90):

"As alterações evidenciadas nos exames de imagem da coluna são leves, degenerativas, e insuficientes para justificar qualquer queixa referida. O exame físico pericial não evidenciou déficits neurológicos ou sinais de compressão radicular, não sendo possível comprovar a presença de mielopatias. **As alterações degenerativas da coluna vertebral não causaram limitações na mobilidade articular, sinais de radiculopatias ou déficits neurológicos, não sendo possível atribuir incapacidade laborativa.** O nexó foi reconhecido pelo empregador (CAT folha 42) 9. **CONCLUSÃO Não há doença incapacitante atual.**" (grifo meu).

Em que se pese a insatisfação do requerente foi realizado exame por perito de confiança deste juízo, que concluiu com clareza pela inexistência de doença incapacitante, apesar do nexó entre o acidente sofrido, sendo o que basta.

Ademais, os quesitos formulados oportunamente pelas partes foram todos



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**2ª VARA CÍVEL**

**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

respondidos com objetividade e clareza..

Os requisitos para obtenção do auxílio requerido são objetivos sendo, portanto, necessária a comprovação da redução de capacidade laborativa, o que não se deu no caso.

Desnecessária qualquer outra prova; a ação deve analisar o binômio incapacidade/nexo causal, o que já está devidamente esclarecido. As constatações do laudo deixam evidente que o requerente não possui doença incapacitante atual, por essa razão, não pode o INSS ser onerado de forma indevida.

Nesse sentido o E. Tribunal de Justiça do estado de Minas Gerais:

AGRAVO DE INSTRUMENTO - SERVIDOR PÚBLICO - AFASTAMENTO DO SERVIÇO - PAGAMENTO DE AUXÍLIO-DOENÇA - INCAPACIDADE LABORAL NÃO COMPROVADA - ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA - REQUISITOS NÃO ATENDIDOS. - A antecipação dos efeitos da tutela depende de prova inequívoca que convença o Julgador da verossimilhança das alegações, bem como do receio de dano irreparável ou de difícil reparação. - Ausente qualquer dos requisitos previstos no art. 273, I e II, do Código de Processo Civil, descabida a antecipação dos efeitos da tutela. (TJ-MG - AI: 10338130071362001 MG, Relator: Ana Paula Caixeta, Data de Julgamento: 16/01/2014, Câmaras Cíveis / 4ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 22/01/2014)

Ante o exposto, **JULGO IMPROCEDENTE A AÇÃO**, nos termos do art. 487, inciso I, do NCPC.

Descabida a condenação em custas, despesas processuais e honorários advocatícios, nos moldes do art. 129, parágrafo único, da Lei nº 8.213/91.

Na hipótese de interposição de apelação, tendo em vista a nova sistemática estabelecida pelo NCPC que extinguiu o juízo de admissibilidade a ser exercido pelo juízo "a quo" (art. 1.010 do NCPC), sem nova conclusão, intime-se a parte contrária para que ofereça resposta no prazo de 15 dias. Havendo recurso adesivo, também deve ser intimada a parte contrária para oferecer contrarrazões. Após, com ou sem resposta, encaminhem os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Com o trânsito em julgado, ao arquivo definitivo.

P.I.

São Carlos, 22 de maio de 2018.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**